

A PARCERIA EM UMA AGRICULTURA MODERNA

José Roberto Medina LANDIM*
Manoel Antonio de Almeida MONTEIRO*
Argemiro Oliveira SOUSA*

RESUMO: Este trabalho pretende analisar o papel da parceria como relação de produção não-capitalista em uma agricultura moderna. Verifica que, longe de guardar características de atraso próprias à sua caracterização clássica, encontra-se perfeitamente moldada às exigências técnicas do sistema capitalista com variações próprias e decorrentes dos diferentes tipos de produtos explorados nas unidades produtivas.

UNITERMOS: Parceria agrícola; tecnologia; produtos explorados.

A PARCERIA EM UMA AGRICULTURA CAPITALISTA

A parceria como relação não-capitalista na agricultura tem sido analisada sob diversos enfoques quando se tenta defini-la face às transformações da estrutura agrária brasileira.

As correntes de pensamento que se configuram como dualistas têm procurado demonstrar que a origem e persistência das formas pré-capitalistas tais como a parceria estão vinculadas à ordem feudal, ou melhor, representam resquícios de feudalismo. A argumentação básica é a de que a parceria se tornou uma alternativa utilizada pelo regime latifundiário para suprir parte da lacuna deixada pela abolição da escravatura, sendo tal opção notável descoberta inspirada nos arquivos medievais. E pode ser configurada “como formas feudais e semif feudais da renda pré-capitalista, e cuja principal característica é a limitação da liberdade do cultivador ou sua dependência servil ao se-

nhor da terra” (2:99). O autor reforça seu ponto de vista ao afirmar a relação muito forte entre as relações não-capitalistas, no caso a parceria, e a estrutura fundiária do passado e do presente. “A condição colonial do monopólio feudal da terra acentua, fortemente, os fatores regressivos, os elementos de atraso inerentes àquele(...). Todas essas características, presentes em nossa atual estrutura fundiária, são heranças diretas do regime econômico colonial implantado em nosso país logo a seguir ao período de descoberta, ou seja, do feudalismo colonial” (2:37).

Depreende-se por estes tipos de colocação que a sociedade brasileira, e mais especificamente o processo histórico da agricultura brasileira, seguiria o mesmo modelo básico e linear pelo qual se efetuou nas economias Europeias a transição das etapas da escravidão para o capitalismo. Transicionalmente o feudalismo encontra-se entre as duas fases, e relações pré-capitalistas persistiriam como restos de um passado feudal colonial e uma al-

* Departamento de Economia Rural — Faculdade de Ciências Agrárias e Veteronárias — UNESP — 14.800 — Jaboticabal — SP.

ternativa presente de que disporia o latifúndio brasileiro para manter o monopólio da terra.

Neste sentido Vinhas, além de mostrar que a parceria na realidade brasileira está intimamente ligada ao ciclo do latifúndio não escravista, como analisado por Guimarães, argumenta ainda que “o latifúndio emprega métodos atrasados de produção e de relações de produção pré-capitalistas. Estas se manifestam (...) nos resquícios semifeudais nas relações de trabalho, e outros traços de atraso” (8:72). E complementa sua argumentação afirmando “que o parceiro é, enfim, um dos trabalhadores mais explorados, sob as formas mais atrasadas na nossa agropecuária” (8:62). Estes tipos de concepção derivam de uma visão dualista da sociedade brasileira, a qual apresenta de um lado, o desenvolvido, o novo, adiantado, do outro lado, o subdesenvolvido, velho, atrasado, isolado, não afeito à modernização.

Outro tipo de abordagem, contrariando as posições anteriores, tenta explicar as relações de trabalho na agricultura, entre as quais está inserida a parceria, como consequência da expansão do sistema capitalista que gera tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Neste tipo de enfoque a presumível relação entre parceria como resto feudal seria estudada e mesmo compreendida à luz da natureza e dinâmica do próprio sistema capitalista (1:46). Em função disto o próprio Frank mostra a inconsistência teórica e empírica de se adequar as modalidades genéricas de Feudalismo e de Capitalismo em termos de organização da produção agrícola dos trabalhadores agrícolas à realidade da agropecuária brasileira (1). Estes tipos de estudos, principalmente quando tratam das condições do trabalho agrícola, partem da tese de que todas as relações que não importam em pagamento em dinheiro são por definição não-capitalistas e todos os contratos que envolvem circulação de dinheiro são capitalistas. Todavia “a realidade sobre a agri-

cultura brasileira é que milhares de variações e combinações das relações de trabalho agrícola se misturam e se entrosam em tôdas as áreas da economia agrícola. Um sem número de formas de detenção de terra e de trabalho assalariado podem ser encontradas na mesma região, na mesma fazenda, numa mesma parcela da mesma fazenda” (1:58-59). Mediante essa interpretação o autor descaracteriza qualquer relação entre as condições e formas de trabalho agrícola como uma modalidade residual de “feudalismo” mas como um tipo de relação que tem sua estrutura explicada pelas atividades comerciais desde o nível da fazenda até a economia como um todo. Assim, o uso ou não da meação a nível das unidades produtivas “verificar-se-á que muito mais do que devido a uma mentalidade feudal ou proveniente de traços coloniais, essas relações são determinadas por razões econômicas inflexíveis ou considerações técnicas. Elas diferem em função dos produtos (. . .). E a modificação na forma de emprego e seu pagamento acompanharão as mudanças no produto ou bens produzidos” (1:59).

Caio Prado procura inserir a parceria na agropecuária brasileira como um empreendimento de caráter mercantil. A base da parceria não seria uma ordem feudal mas desde o início da colonização uma economia de raízes escravistas. Este tipo de fundamentação destrói e torna inadequada a visão da parceria como resquício feudal (6:39-40). O próprio autor chega a demonstrar historicamente, no caso da economia de São Paulo, que o assalariado precedeu à meação e ainda que os processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira implantada posteriormente em regime de meação são superiores aos de velhas fazendas cafeiras sob regime colonial. Com base nestas constatações a parceria em São Paulo e no Brasil se tem apresentado não como uma forma anacrônica de relação de produção, como muitos apregoam, mas como tipo superior de relação de trabalho quando comparado às relações tipicamente capitalis-

tas de assalariamento (6:41). Além disso, a inserção da parceria na agricultura brasileira estava ligada a produtos como o algodão que exigem e apresentam altos padrões de produtividade e de tecnologia. Estes fatores elucidam que “não se pode assim considerar a ocorrência da parceria, no caso específico do Brasil e suas peculiares condições, um fator negativo no processo de desenvolvimento da economia (...). E numa perspectiva dessas, que é o que interessa no momento, a parceria representa antes um fator positivo e de nível tecnológico e social superior” (6:42). Embora as argumentações de Frank e C. Prado sejam válidas enquanto questionam a influência do feudalismo na agricultura e, conseqüentemente, sua íntima relação com as formas tidas como não-capitalistas, no caso em questão, por outro lado, carecem de uma análise da parceria como uma relação de trabalho não-capitalista coexistindo com outras tipicamente capitalistas. A propósito disto, Martins pondera que a discussão sobre o assunto tem induzido a um debate em que “a questão da transformação das relações de produção foi remetida, pois, ao terreno cediço do falso argumento de que, não sendo formalmente feudais, seriam formalmente capitalistas as relações de produção posteriores ao escravismo e amplamente vigentes ainda hoje, em muitos setores econômicos e regiões do país” (4:11). Nesta abordagem transparece a preocupação básica de se configurar quaisquer relações não-capitalistas como variantes das relações capitalistas, o que leva, inclusive a “considerá-las formas disfarçadas de relações capitalistas” (4:11). Colocada a discussão nesses termos, considerando-se ora a parceria como uma relação de trabalho própria do feudalismo, ora como forma de assalariamento disfarçado, torna-se difícil a compreensão da autêntica função da parceria como relação não-capitalista existente no próprio sistema capitalista.

Uma visão sobre a agricultura brasileira no passado e no presente mostra que

as relações não-capitalistas de produção ainda subsistem pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos. Isto porque “o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através de relações comerciais” (4:21). Nesta perspectiva a parceria não se despojará de suas características formais não-capitalistas mas funcionalmente passa a ser uma alternativa mais a ser utilizada pela ótica racional do capitalismo.

Antônio Cândido, estudando a parceria como relação de trabalho peculiar ao caipira paulista, a situa como uma opção existencial tomada pelo sitiante na tentativa de manter uma posição econômica e social anterior de proprietário sem se tornar assalariado (5). A explicação do caipira de se manter no regime de parceria é uma forma compensadora “de prolongar ou recriar a posição social de sitiante, ao qual o parceiro se equipara, não apenas no seu próprio juízo, mas na aferição muito mais objetiva do comerciante” (5:202). Neste sentido, o compromisso existencial assumido pelo agricultor pode ser explicado abrangentemente pela influência de fatores de transformação incorporados pela economia capitalista e por fatores de persistência própria do agricultor caipira. A adoção da parceria pelo agricultor seria uma forma de ajustamento do velho padrão ao novo contexto social que se lhe depara (5:218-219).

Retomando as idéias dos trabalhos anteriores, Maria Rita Loureiro acha inapropriado e insuficiente para a realidade da agricultura brasileira discutir e situar o papel da parceria quer como reflexo de um passado “feudal” ou mesmo como resultado explícito da penetração do capitalismo no campo (3). A alternativa conciliatória e até mesmo de caráter metodológico e teórico mais condizente com a realidade brasileira parece ser redefinir a par-

ceria “como uma específica relação de produção não capitalista funcionando dentro de uma empresa capitalista” (3:29). Nesta ótica de análise, a parceria passa a ser entendida como um tipo de relação de produção que embora mantendo alguns elementos formais não típicos do modo de produção capitalista, a este estaria articulada e subsidiada.

As diversas abordagens consideradas até agora sobre o papel da parceria na agricultura brasileira levaram-nos a procurar verificar como essa relação de produção não capitalista se apresenta numa agricultura considerada “moderna” como a da Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal — SP. Em termos de atividades agrícolas, quais seriam as diferenças entre as unidades produtivas exploradas em regime de parceria e aquelas exploradas pelos seus proprietários?

Para a verificação das possíveis diferenças, em primeiro lugar, tratou-se de verificar até que ponto as unidades produtivas exploradas em regime de parceria, comparadas com as que o são por seus proprietários, se diferenciam em termos dos tipos de produtos explorados. Segundo, até que ponto as unidades produtivas exploradas por parceiros se diferenciam das sob a responsabilidade de proprietários em termos do instrumental tecnológico utilizado.

METODOLOGIA

A área estudada corresponde a cinco municípios da Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal: Jaboticabal, Pirangi, Pitangueiras, Taquaritinga e Viradouro. A população é constituída por agricultores proprietários ou não proprietários de unidades de produção agrícola.

A amostra inclui um total de 216 unidades produtivas, distribuídas pela área estudada da seguinte forma: 56 em Jaboticabal, 51 em Pirangi, 52 em Pitangueiras, 18 em Taquaritinga e 39 em Viradouro. As informações foram obtidas através

de entrevistas diretas, controladas por questionários junto aos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas e são referentes ao ano agrícola 1978/79.

Para os fins deste trabalho considerou-se como parceria a situação em que mais de 50% da área das unidades produtivas era explorada sob tal regime. Critério semelhante foi utilizado para o arrendamento. Assim, foi possível, portanto, identificar unidades produtivas em regime de parceria, de arrendamento, e, é claro, as que são exploradas por seus proprietários.

Com base no agrupamento por técnica elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (7:313-323), para o Estado de São Paulo, procedeu-se à classificação das unidades da Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal. A partir desse procedimento as unidades produtivas foram classificadas em Tradicionais, em Transição e Modernas. Os produtos modernos representativos da região foram: laranja, soja, cana-de-açúcar e algodão; os produtos tradicionais foram os obtidos através do plantio de feijão, arroz, mamona e da exploração pecuária. Finalmente, os produtos em transição representativos da Microrregião foram: café, milho e amendoim.

Para a definição e caracterização de cada unidade produtiva, mediante a classificação utilizada, considerou-se o valor em cruzeiros da produção para cada produto. Assim, cada unidade produtiva foi definida como moderna, em transição ou tradicional, quando mais de 50% do valor da produção agrícola correspondeu a uma das três categorias propostas pelo Instituto de Economia Agrícola.

O índice de adoção de práticas agrícolas foi definido a partir da proporção entre o número de práticas disponíveis aos agricultores e as efetivamente adotadas em cada unidade produtiva. As práticas agrícolas aqui consideradas foram: aplicação de adubos químicos e or-

gânicos, calcário, inseticidas, fungicidas, herbicidas, uso de sementes e mudas selecionadas, tratores e equipamentos, rotação de culturas, análise e conservação do solo.

RESULTADOS

Dentre as 216 unidades produtivas estudadas, 66,2% são exploradas por seus proprietários, 25% por parceiros e apenas 8,8% por arrendatários.

A análise das informações obtidas nas entrevistas realizadas junto aos agricultores da amostra permitiu as verificações seguintes.

Os dados do Quadro 1, a seguir, mostram os resultados do teste X^2 aplicado às distribuições de agricultores segundo as categorias: proprietários, parceiros e arrendatários, e o índice de adoção de práticas agrícolas.

QUADRO 1 - Valores de X^2 entre as Categorias de Proprietários, Arrendatários e Parceiros Segundo o Índice de Adoção de Práticas Agrícolas na Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal — 1978/79.

Categoria de Agricultores	X^2	G.L.	Nível de Significância
Todos agricultores	4,99	4	N.S. a 20%
Parceiros x Proprietários	3,10	2	N.S. a 20%
Parceiros x Arrendatários	4,02	2	N.S. a 20%
Exclusivamente Parceiros x Parceiros e outras Categorias	2,24	2	N.S. a 10%

Resultados não significativos foram obtidos quando se procurou verificar a existência de diferenças quanto ao índice de adoção, entre todos os agricultores da amostra.

Comparando-se apenas os parceiros com os proprietários, resultados igualmente não significativos foram obtidos, o que se repetiu quando da comparação entre parceiros e arrendatários.

Mesmo considerando-se apenas os exclusivamente parceiros com relação aos que usam a parceria combinada com outras categorias, verificou-se ausência de diferença estatística entre as distribuições.

Pelo exame do Quadro 2, a seguir, constata-se que não há diferenças significativas entre parceiros, proprietários e arrendatários, quanto aos diferentes tipos de produtos explorados.

QUADRO 2 — Valores de X^2 entre as Categorias de Proprietários, Arrendatários e Parceiros Segundo os Tipos de Produtos Explorados na Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal — 1978/79.

Categorias de Agricultores	X^2	G.L.	Nível de Significância
Todos Agricultores	4,97	4	N.S. 20%
Parceiros x Proprietários	4,06	2	N.S. 10%
Parceiros x Arrendatários	2,34	2	N.S. 20%
Exclusivamente Parceiros x Parceiros e outras Categorias	1,91	2	N.S. 20%

Verificou-se ainda que não há diferença significativa entre parceiros e pro-

prietários quanto aos tipos de produtos explorados, sendo que a mesma ausência

de diferença pode ser observada entre parceiros e arrendatários.

Finalmente, mesmo considerados os exclusivamente parceiros em relação aos que usam a parceria combinada com outras categorias, não há diferença significativa entre as distribuições.

Como em regiões de agricultura tecnicamente adiantadas por vezes produtos tradicionais são explorados com o mesmo nível de tecnologia empregado para os chamados produtos modernos e, sendo a Microrregião Serra de Jaboticabal considerada como bastante desenvolvida e tecnicizada, procurou-se verificar a existência de diferenças quanto ao índice de adoção de práticas agrícolas entre as distribuições de agricultores segundo os tipos de produtos explorados. Para tanto utilizou-se o teste X^2 que apresentou um resultado igual a 97,20, significativo a 0,1% para 4 Graus de liberdade. Isto significa que as três categorias de agricultores segundo os tipos de produtos explorados, apresentam diferenças significativas quanto aos índices de adoção de práticas agrícolas.

CONCLUSÕES

Os resultados indicam que os tipos de produtos explorados é que determinam o nível de tecnologia, independentemente das formas ou combinações de posse da terra. Tanto é assim, que não existe diferença quanto ao nível de tecnologia, refletido pelo índice de adoção entre a parceria e outras modalidades de posse da terra que envolvem tanto proprietários como arrendatários. Significa dizer-se que a parceria como relação de produção na região em estudo situa-se em mesmo nível

quanto à utilização de instrumental tecnológico no processo produtivo em comparação com as demais formas de posse da terra.

Analogamente, também não existe diferença quanto aos tipos de produtos explorados quando se comparam parceiros e arrendatários. Isto implica dizer-se que a parceria, tanto quanto as outras formas de posse da terra, explora indistintamente, produtos modernos exigentes de alta tecnologia, produtos transionais caracterizados por não apresentarem um padrão tecnológico definido e produtos tradicionais com baixo nível tecnológico.

Os resultados do presente trabalho dão consistência à argumentação de Prado (6) e Frank (1) quando, a nível de Brasil, procuram não associar o uso de parceria a um tradicionalismo proveniente de um passado colonial, mas às contingências econômicas e técnicas do próprio sistema capitalista, que assume características peculiares em conformidade com os produtos explorados. Os resultados parecem confirmar também as colocações feitas por Loureiro (3) e Martins (4) já que a parceria embora se identifique como uma relação de produção não capitalista, está articulada às empresas capitalistas da região bem como ao sistema produtivo global, assumindo variações em conformidade com os tipos de produtos explorados. Portanto a parceria não significa “resquício de feudalismo” ou relação de trabalho atrasada própria de um sistema pré-capitalista, mas pelo contrário, parece ser determinada e explicada pelo próprio capitalismo agrário que a utiliza como alternativa para se manter ou mesmo se expandir no setor agrícola.

LANDIM, J.R.M. *et alii* — Sharecropping in modern agriculture. *Perspectivas*, São Paulo, 6:77-83, 1983.

ABSTRACT: *This paper focus attention on sharecropping as a precapitalistic social relation of production in modern agriculture. It is verified that, contrary to its backward characteristics from a classical point of view, sharecropping is perfectly integrated into the capitalistic agriculture. It presents some variations according to the products cultivated by the farmers.*

KEY-WORDS: *Sharecropping; tecnologia; cultivated products.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FRANK, A.G. — A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. *Rev. Brasiliense* (51):45-6, 1964.
2. GUIMARÃES, A. P. — *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
3. LOUREIRO, M.R.G. — *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
4. MARTINS, J.S. — *O cativo da terra*. São Paulo, Ed. de Ciências Humanas, 1979.
5. MELLO E SOUZA, A.C. — *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
6. PRADO JR., C. — *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
7. SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura. *Desenvolvimento da agricultura paulista*. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 1971.
8. VINHAS, M. — *Problemas agrário-camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.